A METODOLOGIA DE EAD NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO SUPERIOR

Vania Rodrigues

Especialista em Tecnologias do Ensino a Distância pela Unid.
vfrdrigues2011@hotmail.com

Fatima Soler

Mestre em Psicologia Social pela Gama Filho
fatimasoler@hotmail.com

RESUMO

Uma das discussões mais pertinentes da atualidade é a educação inclusiva, que através de uma perspectiva cognitiva e sócia emocional, visa a inserção de todo e qualquer indivíduo na sociedade vigente, exercendo plenamente sua cidadania. Como incluídos, inserem-se os pertencentes às classes menos favorecidas, as classes discriminadas, bem como os portadores de alguma deficiência. Neste estudo, dedicar-se-á especial atenção a inclusão dos portadores de Deficiência Auditiva nas aulas de EaD no Ensino Superior. Para tanto, analisar-se-á a legislação que ampara esta inclusão e o que é necessário para que a mesma ocorra satisfatoriamente, levando em consideração as necessidades especiais de cada indivíduo. Neste contexto, metodologia, formação profissional específica e adequações estruturais são fundamentais para que o portador de deficiência auditiva não seja apenas incluído, mas que essencialmente tenha todas as suas potencialidades contempladas. Uma vez que o processo de inclusão ainda é recente e possui inúmeras ressalvas em sua implementação, torna-se necessário, portanto, um diagnóstico constante, que verifique se os reais objetivos são alcançados e se a clientela tem sido atendida.

Palavras-chave: Auditiva; Cidadania; Diagnóstico; Portador de Deficiência; EaD.

THE EAD METHODOLOGY IN THE LEARNING DEVELOPMENT OF PEOPLE WITH HEARING DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

One of the most pertinent discussions today is inclusive education, which through a cognitive perspective and emotional partner, aims at the insertion of every individual in the current society, fully exercising their citizenship. Included are those belonging to the less favored classes, the discriminated classes, as well as those with disabilities. In this study, special attention will be given to the inclusion of hearing impaired people in

Higher Education classes. To do so, we will analyze the legislation that supports this inclusion and what is necessary for it to occur satisfactorily, taking into account the special needs of each individual. In this context, methodology, specific professional training and structural adaptations are fundamental for the hearing impaired not only to be included but essentially to have all their potential. Since the inclusion process is still recent and has a number of caveats in its implementation, it is therefore necessary to have a constant diagnosis that verifies that the real objectives are achieved and that the clientele has been met.

Keywords: Auditory; Citizenship; Diagnosis; Carrier of Disability; EaD.

1 INTRODUÇÃO

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996, trata especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior.

A criação do Ensino a Distância veio para facilitar a vida das pessoas, principalmente as portadoras de Necessidades Especiais (NEE). Com isto, permite não apenas o acesso à educação, como também ao mercado de trabalho. O aluno que estuda a distância tem aulas com tecnologias assistidas, coisa que as aulas presenciais não dispõem. Essas aulas assistidas fazem uso de serviços, equipamentos e práticas que vão de encontro a necessidade de cada aluno, desde cadeiras de rodas a programas de computadores especializados.

Anteriormente o ensino com a metodologia de EaD era mal utilizada, o que levava a não compreensão de seu uso. Hoje, esperamos a ampliação, na melhoria de aprendizagem, para a população em geral e principalmente para pessoas portadoras de NEE (Necessidades Especiais) que pretendem dar continuidade aos seus estudos.

Carlos Chiarelli (2009) ¹enfoca que “Os avanços tecnológicos permitem ao ensino com que eles aprendam com muito mais rapidez”, é uma metodologia muito mais abrangente em termos de quantidade, sem que haja perda da qualidade, observo ainda que os alunos portadores de deficiências: “são geralmente adultos e, por isso, são mais

1 Ex. Ministro da Educação – Entrevista na Folha Dirigida de 16/09/2010

disciplinados e têm vontade de aprender”.

A motivação deste artigo fundamenta-se na busca de estratégias do EaD para o desenvolvimento de pessoas portadoras de NEE, sua inclusão e preparação para o mercado de trabalho. Portanto, o problema objeto de estudo é “a introdução da metodologia de EaD em cursos do Ensino Superior, facilita a inclusão de portadores de necessidades auditivas com vistas à melhoria no processo de aprendizagem?”

2 O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRICO DA EAD NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Ensino a distância teve início no Brasil em 1996, com a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases). O ensino de EaD está sujeito a um regime especial por apresentar um tratamento diferente do ensino presencial.

O MEC precisa autorizar a implementação do Ensino a Distância nas instituições. As regulamentações são encontradas na Portaria de nº 301, de abril de 1998. Após a autorização, pelo MEC, a instituição terá que apresentar toda a proposta dos cursos, seus programas e as condições da infraestrutura de ensino. O Ministro da Educação é que homologa essa decisão. Caso o pedido seja indeferido, a instituição de ensino só poderá renovar a solicitação após dois anos.

A ampliação da EaD e do uso de Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação se deu no período de 1994 a 2002, em especial a internet e videoconferência, com a criação de legislação adequada (em 1996), o credenciamento de instituições e a autorização de cursos e a pesquisa acadêmica gerando modelos pedagógicos e tecnologia, que levaram à construção da Universidade Virtual (entendida como ensino superior a distância) no Brasil.

Depois da consolidação do modelo de EaD com os primeiros cursos oferecidos a distância, começaram a surgir no Brasil os consórcios universitários, com a finalidade de atender as novas demandas para a formação em escala ampliada. De 1999 a 2001, conforme a pesquisa da UNESCO assiste-se ao surgimento de grandes redes no cenário nacional: A Unirede - Universidade Virtual Pública Brasileira criada a partir da associação de universidades públicas federais, estaduais e municipais; o Cederj – Consórcio de Universidades Públicas do Rio de Janeiro; a Rede Brasileira de Educação a Distância composta por dez instituições privada. (*in Revista Ensino a Distância- Neorion*)

Para que a qualidade do curso seja garantida, a autorização tem validade de cinco

anos. Passado este prazo a Instituição de Ensino deverá fazer novo cadastramento, com nova solicitação. O currículo será avaliado novamente pelo MEC, se o curso está sendo bem ministrado e se poderá seguir em frente, nova renovação. Se a instituição não passar por todo este processo, a certificação ou diploma do curso não terá validade junto ao MEC.

A expansão do Ensino a distância no país, tem todo procedimento tanto quantitativo quanto qualitativo. São milhares de jovens e adultos que enfrentam problemas criados pelo tempo ou as distâncias para completar sua formação escolar e a necessidade de uma educação continuada para os profissionais que já estão no mercado de trabalho. Subentende-se, que neste cenário, o sistema presencial, de forma isolada, não é mais suficiente. A busca pelo padrão de qualidade, atualmente, é um dos principais desafios a ser enfrentado pelo ensino a distância nesse processo de expansão. Leva-nos à crer que precisamos cada vez mais de pesquisadores e profissionais qualificados e atualizados neste segmento. Os cursos a distância, estão se expandido para atender a demanda do mercado e enfrentar o desafio da qualidade.

O censo 2009 constatou que as matrículas no Ensino Superior cresceram 3,8% em 1 ano e o nº de estudantes nesta etapa chegou 5,95 milhões em todo o Brasil. As IES privadas são responsáveis por 74,4% das matrículas com 4,43 milhões de alunos. Nas universidades públicas, houve redução de cerca de 30 mil matrículas e o total caiu de 1,55 milhões para 1,52 milhões. Os números incluem estudantes de cursos presenciais e a distância.²

As pessoas que decidem fazer um curso superior de graduação e optam pelo de Ensino a Distância, pode escolher entre duas opções: os de graduação plena e os sequenciais. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), em ambos para ingressarem, o aluno precisa ter concluído o ensino médio. A diferença de uma modalidade da outra está no conteúdo, tempo de estudo e tipo de diploma. Essas solicitações vem crescendo ano à ano, e o processo é lento devido a análise que é feita na seleção de uma instituição que pretende o credenciamento, pois é verificado em primeira mão, já que se pretende selecionar as instituições efetivamente capazes de oferecer um bom serviço educacional à população. Estudar a distância facilitou a vida de muitas pessoas que não dispõem de tempo, pois possibilita o aluno no agendamento de estudos, em horários de sua conveniência, pois ele estuda a hora quer e como quer. O aluno de EaD deve ser um

2 Revista Ensino Superior Ano 13 nº 148 – “Conectados com o mercado”

aluno diferenciado, um aluno crítico, que busca as informações, deve ser disciplinado e pesquisador. Ele faz a diferença do seu curso, mas tanto a Universidade como o Polo que oferece o curso, devem dar informações que ele possa compreender e caminhar sozinho. Ainda há certo preconceito contra a educação à distância por parte da população em geral. Esse preconceito de desconfiança e da ignorância, que reduz o conceito de EaD ao elementarismo dos cursos técnicos por correspondência.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A Educação Especial e Inclusiva para que pudesse ser realidade, passou por um longo processo. Antigamente, os deficientes eram isolados da convivência na sociedade, eram tidos como malditos, pois afinal, o que era diferente provocava medo. Do medo ao preconceito, a distância é tênue, daí a exclusão absoluta das pessoas “diferentes”. O isolamento deles eram considerados algo normal e natural, por isso a exclusão da sociedade e da família.

LACERDA (1998, p.70) enfatiza que a partir do século XIX, tempo de grandes descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde, passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para os seus problemas. Assim começou o que se chama de segregação institucional: o deficiente era tratado como doente, em alguma instituição. “Excluídos da família e da sociedade, portadores de deficiência eram acolhidos em asilos de caráter religioso ou filantrópicos, muitas vezes passando ali toda a sua vida”.

As escolas especiais foram surgindo, e as pessoas já começavam a ver o “deficiente” de outro modo, pois já admitiam que eles poderiam ser treinados e adaptados ao meio, de forma a tornarem-se produtivos para a sociedade.

Em 1854, começa oficialmente o atendimento aos deficientes no Brasil. Começou com o atendimento aos meninos cegos no Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, fundado por D. Pedro II. Mais tarde, no ano de 1942, foi criada a Revista Brasileira para cegos, editada em Braille. Já se constataavam 40 (quarenta) escolas regulares no atendimento ao deficiente. Mas é a partir de 1986 que se passa à considerar a expressão “portadores de necessidades especiais (NEE)” em substituição à anterior que era “alunos excepcionais”.

O Brasil participou da Conferência Mundial Sobre Educação para Todos, na Tailândia, e uma nova realidade passa a ser vivenciada a “Educação Inclusiva”.

A discussão sobre o normal e o patológico antecede a discussão de surdez como diferença ou deficiência. Definir o que é normal ou anormal não diz respeito apenas a questões biológicas, mas principalmente, a questões sociais (SANTANA, 2007, p.23)

Com a LDB 9.394/96, a educação inclusiva foi institucionalizada, e a inserção de portadores de necessidades especiais em classes regulares passou a ser uma realidade em alguns estados e municípios por todo o Brasil.

Durante quase toda a Idade Média pensava-se que os surdos não fossem educáveis, ou que fossem imbecis. “No início do século XVI que se começa a admitir que os surdos podem aprender através de procedimentos pedagógicos sem que haja interferências sobrenaturais, uma vez que só se admitia cura milagrosa. LACERDA (1998, p.77)

O Instituto Nacional de Surdos-Mudos - INES foi fundado em 1857 pelo educador francês Hernet Huet, dando início a educação dos surdos durante o segundo reinado.

Observamos que diversas vezes, na tentativa de educar o surdo, demos atenção à fala, e notamos que a língua escrita também desempenhava papel fundamental. Todas as tentativas foram feitas, no sentido, para que o aluno portador de deficiência auditiva, se adequasse a comunicação dos ouvintes (indivíduos com capacidades e habilidades auditivas).

Em seguida, o gestualismo foi perdendo aceitação diante de uma nova proposta, e surge o oralismo (técnica baseada nas formas e vibrações geradas pela boca). Com isso a pessoa surda só seria aceita na sociedade e considerada útil se dominasse a língua oral.

Após inúmeras críticas, o oralismo bem como o gestualismo foram perdendo força, pois a LIBRAS passou a ser adotada por muitas sociedades e aceita quase que plenamente pela comunidade surda, que vivia em sua pátria sem língua própria.

A partir daí, o bilinguismo, que se baseia no aprendizado norteadado pela língua usual, no caso do Brasil a língua portuguesa e também no uso de LIBRAS, que foi construída de acordo com as características de desenvolvimento em aquisição da linguagem e construção do pensamento.

Tanto o oralismo quanto o gestualismo foram muito criticados e o ensinamento com LIBRAS passou a ser adotada por muitas sociedades e aceita quase que totalmente pela comunidade surda, que vivia em sua prática sem língua própria.

3.1 A Lei 9.394/96

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, 1996, trata especificamente, no Capítulo V, da Educação Especial. Definindo-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. “Esta modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento”. (AMARAL, 1994, p.9). Para que a educação inclusiva tivesse todo o respaldo necessário, inúmeras Leis, Pareceres, Resoluções, Decretos e Declarações, transcorrem a respeito da problemática.

Antes, porém, torna-se necessário definir portador de deficiência:

“Pessoa portadora de deficiência “é aquela que apresenta em caráter permanente perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (artigo 3º de Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999).

O Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001, dispõe as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Dentre as Leis, pode-se citar a de nº 10.346, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. E a Lei de nº 10098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Finalmente, a Declaração de Salamanca, que não poderia deixar de ser citada, uma vez que é esta que traça uma linha de ação sobre as necessidades educacionais especiais e a Declaração dos Direitos Humanos que afirma claramente que “toda pessoa tem direito a educação”. Desde a Educação Básica e ao Ensino Superior.

A Declaração de Salamanca prioriza uma educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.

Cabe as universidades desempenhar um importante papel consultivo na elaboração de serviços educativos especiais, prin-

principalmente com relação à pesquisa, à avaliação, à preparação de formadores de professores e à elaboração de programas e materiais pedagógicos. Deverá ser fomentada a criação de sistemas entre universidades e centros de ensino superior nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Essa inter-relação entre pesquisa e capacitação é de grande importância. É também muito importante a ativa participação de pessoas com deficiência na pesquisa e formação, para garantir que seus pontos de vista sejam levados em consideração”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, pág. 38)

4 LINGUAGENS, SURDEZ E EDUCAÇÃO

Como objeto de pesquisas e discussões, a linguagem, prova de inteligência do homem, representa um campo fértil para que possa estudar a aptidão linguística, com base nas discussões sobre as falhas decorrentes de danos cerebrais ou de distúrbios sensoriais como surdez.

Segundo Chomsky: “as crianças não seriam capazes de aprender a linguagem caso não fizessem determinadas suposições iniciais sobre como o código deve ou não operar” (1994, p.147). Desta forma, o deficiente auditivo veicula a língua portuguesa, meramente exposta por seus professores, como um obstáculo para a aquisição da linguagem escrita, uma vez que a língua portuguesa tem como característica básica a fala, os sons e a fonética, não acessível ao ambiente do surdo.

A palavra, instrumento inerente ao código, é partícula fundamental para a produção de textos escritos. (tanto para a língua portuguesa como para a língua brasileira de sinais) e adquire uma importância excepcional no sentido de dar forma à atividade mental, que é fator preponderante na formação da consciência.

Os ouvintes utilizam em sua linguagem dois processos: o verbal e o não verbal. O deficiente auditivo que apresenta surdez congênita (total) e pré-verbal (sem desenvolvimento semântico) podem não desenvolver a linguagem verbal, mas não impedem que desenvolva a linguagem não verbal.

É um grande desafio a superação das dificuldades apresentadas, no aprendizado da língua oral, para os alunos surdos. Os professores e pesquisadores destes alunos, tentam sanar dúvidas e dificuldades, principalmente no que se refere a nossa língua portuguesa, pois é uma língua trabalhosa e difícil de aprendizado.

Campos (2000) afirma que “em se tratando do processo de aquisição da leitura

e escrita, na linguística, pode-se observar nova perspectiva apontando para a distinção entre a escrita e a fala, considerando uma certa independência entre as duas’.

Goes(1996), em seu estudo, afirma que linguísticas aceitam que a língua escrita guarda certas relações com a língua oral, porém não a consideram como uma transcrição da segunda, nem aceitam que a única diferença entre elas seja somente a mudança de meio, visual ou auditivo. Em outras palavras, a língua escrita não é um modo de representação da linguagem oral e, sim, uma alternativa paralela da língua oral enquanto modo de representar o significado.

4.1 A importância da linguagem

A língua portuguesa assimilada pelos surdos não é tão simples e natural como para os ouvintes, mas é possível. Para tanto, é necessário conhecer e respeitar os aspectos internos e externos que permeiam a aquisição de uma segunda língua. Por segunda língua compreende-se a língua portuguesa, uma vez que cognitivamente a língua majoritária do portador de deficiência auditiva é a língua brasileira de sinais.

Denominados como aspectos internos à capacidade natural que todas as pessoas, surdas ou não, possuem para a linguagem. De acordo com Skliar: “qualquer língua, seja ela falada, sinalizada ou escrita, representa possíveis manifestações da faculdade da linguagem”. (1999, p.66). É preciso, porém, que o aluno esteja em contato constante com a escrita do português, para que ele possa desenvolvê-la da forma natural.

Quanto à existência de um ambiente propício para a aprendizagem, onde os alunos estejam sempre motivados através de estratégias de aprendizagem, não se esquecendo de respeitar as características de cada idade, promovendo a interação entre os alunos do mesmo grupo, consideramos como aspectos externos.

Observa-se porém, que o portador de surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, precisando somente que tenham suas necessidades especiais supridas. Visto que o natural do homem é a linguagem, a língua de sinais vem a ser importantíssima no sentido de fornecer ao surdo uma correspondência semântica da língua portuguesa, efetivando, assim, o bilinguismo como percurso a ser seguido em direção à aquisição da linguagem.

[...] a língua é considerada importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando também a função

de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social.

(BERNARDINO, 200, p.29).

4.2 LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LIBRAS, ou Língua Brasileira de Sinais, é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa que se interesse pela comunicação com essa comunidade. Ela é o caminho para a comunicação do surdo com os ouvintes e com os outros surdos.

A Língua Brasileira de Sinais compõem-se de elementos ligados diretamente às línguas orais, como gramática semântica, pragmática sintaxe e outros elementos, passando, assim, a considerá-la como instrumental linguístico de poder e força.

Reconhecida na linguística, a LIBRAS é uma língua viva e autônoma. Os filhos surdos de pais surdos foram pesquisados e detectaram que no lar dessas pessoas deficientes auditivas, a LIBRAS era um aprendizado e um benefício, passando a ocupar um status de língua.

A Lei 10.436/02 descreve claramente a LIBRAS como um meio legal de comunicação e expressão, com isto o surdo ganha visibilidade e aceitação.

Os estudos em indivíduos surdos demonstram que a Língua de Sinais apresenta uma organização neural semelhante à língua oral, ou seja, que esta se organiza no cérebro da mesma maneira que as línguas faladas. A Língua de Sinais apresenta, por ser uma língua, um período crítico precoce para sua aquisição, considerando-se que a forma de comunicação natural é aquela para a qual o sujeito está mais bem preparado, levando-se em conta a noção de conforto estabelecido diante de qualquer tipo de aquisição.

A inclusão apesar de ser extremamente debatida e analisada, não pode ser vista como um processo em si, que possui variantes e objetos. É de fundamental importância que os principais envolvidos no processo inclusivo sejam vistos, ouvidos ou percebidos. É impossível detectar as reais necessidades desta clientela, sem que ela por sua vez se manifeste.

4.3 A Inclusão dos Alunos Portadores de Necessidades Especiais no Ensino Superior

O Brasil conseguiu atingir o ranking do 5º maior país do mundo em conexão com

a internet. Com isto, acredita-se que será cada vez mais comum estudar virtualmente.

“Vivemos em um mundo onde a tecnologia muda o cenário dos ambientes de aprendizagem”. Atesta o Coordenador do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Unesp – Klaus Schlunzen Junior ³

Capacitar professores e técnicos para a evolução constante do EaD no Brasil é buscar o aprimoramento destes profissionais no atendimento virtual, para que possam atender uma grande massa de brasileiros considerados “normais” e brasileiros considerados “especiais”, principalmente os deficientes auditivos, que pretendem ingressar no Ensino Superior.

O público surdo tem se beneficiado com a implantação da EaD online, pois tem dado à eles, mais oportunidades de se socializarem e facilitação no campo profissional. A presença de alunos surdos no Ensino Superior, principalmente no EaD, torna-se expressiva a cada ano. Para que o aluno surdo tenha adaptação adequada nestes cursos on-line, é necessário que ele entenda a forma linguística e discursiva dos textos apresentados. Mas, Teixeira (2000) afirma: que ainda há um grande preconceito e descrédito da sociedade, dificuldade de acesso à tecnologia, resistência dos professores e uma visão distorcida do que seja a EaD. Isso justifica o fato de que o número de pessoas surdas que procuram o curso de Ensino Superior pela EaD ainda é pequeno.

Uma das áreas que mais levanta polêmica em debates sobre a educação inclusiva, especificamente no contexto do ensino superior, é a que envolve alunos surdos” porque essas pessoas apresentam dificuldades de comunicação que culminam em dificuldades de compreensão de enunciados e textos, impedindo a interpretação dos mesmos. (BATISTA, 2004, p.21)

Os surdos foram estigmatizados como pessoas que não podiam fazer nada, levando-os a uma condição do “não poder”, distorcida diante da Sociedade e considerados como “deficientes auditivos”, achando assim que eles não são pessoas completas, por apresentarem surdez. Os rótulos que deram para os surdos, sejam eles: patologia, falta, defeito, menos habilitado, deficiente, impossibilitam um avanço na educação e na inclusão destes alunos na sociedade, pois estes alunos sempre estarão à procura de algo mais para completá-los.

Essa condição que o surdo apresentava para a Sociedade, para a escola e demais meios, nos levava a entender, muitas das vezes, a evasão dos surdos nas universidades. O aluno que hoje ingressa, no Nível Superior, deverá ter o apoio necessário para sua

3 Revista Ensino Superior – Abril/2011

aprendizagem e para o seu desenvolvimento tanto educacional quanto humano.

Suas exigências deverão ser ouvidas e trabalhadas em aulas. A inclusão do aluno surdo no ensino superior, evidentemente, se faz necessário e preocupados com isto, o Grupo de Trabalho em EaD no Ensino Superior do MEC, considera que as possibilidades da EAD para um público com deficiências são inúmeras e, sob alguns aspectos, mais interessantes ainda, do que o são para as demais pessoas, pois permitem diminuir as dificuldades de comunicação e acesso à informação que as deficiências impõem e que os cursos a distância que já existem ou que venham a ser implantados tenham como parte integrante de sua avaliação institucional o atendimento a condições de Acessibilidade e adequações a deficientes.(BRASIL, 2005)⁴

A Sociedade precisa mudar para aceitar o outro, o diferente, e não este se adaptar às condições de mudanças.

4.4 As estratégias e técnicas utilizadas com mecanismos de mediatização do Ensino Superior para os deficientes auditivos

Com o tempo, o ensino a distância foi se aperfeiçoando e a procura por pessoas querendo fazer uma graduação nesta modalidade, tornou - se expansiva. Parte destas pessoas são portadoras de deficiência auditiva.

As novas estratégias no Ensino a Distância veio ajudar o aluno surdo a interagir com os outros alunos, sejam eles “surdos” ou “não surdos”, com tutores e/ou monitores através dos chat’s. Com isto o aluno surdo consegue rapidez na informação desejada, sanando suas dúvidas e tornando o aprendizado eficaz e produtivo.

As metodologias aplicadas à EaD são comparáveis às usadas no ensino presencial, não devendo haver diferenças entre elas, pois são tão eficientes quanto as usadas no presencial. O professor hoje tem papel primordial no processo ensino-aprendizagem. Ele passa de transmissor de conhecimentos para facilitador do processo de ensino do EaD. O que muda neste processo é a forma de “comunicação”. A forma como se chega ao aluno de EaD, a facilitação do acesso à internet, os chat’s, as videoconferências são meios de comunicação que o aluno de EaD tem acesso.

Como já falado anteriormente o Brasil ocupa a posição de 5º lugar no ranking de acesso à internet. Sabemos que a internet é o maior meio de comunicação. O ensino a

4 <http://eventos.ead.pucrs.br/SNEADES2005/pdf/GTEADES_RelatorioFinal.pdf> Acesso em 30/04/2011

distância veio fazer uma reviravolta na educação substituindo metodologias e estratégias arcaicas em novas tecnologias da informação. A conexão de rede, os chat's (várias pessoas ao mesmo tempo se comunicando) arquivos em diversos formatos, softwares de trabalhos colaborativos, tudo isso se resume em "internet" diversas pessoas num único meio de comunicação.

O ideal nas aulas assistidas pelos surdos é que se tenha um intérprete da língua de sinais tanto na presencial quanto na EaD. A presença do profissional intérprete nas aulas no Ensino Superior seria indispensável. As Universidades e os Centros Universitários precisam investir na capacitação desses profissionais. Para Lacerda (2003, p. 128), a presença do intérprete em sala de aula e o uso de Libras, não são garantias de êxito nas atividades pedagógicas, sugerindo maior atenção por parte das escolas, quanto a metodologia aplicada e currículo proposto.

Com a criação da EaD no Ensino Superior ficou mais fácil o acesso do aluno, aos materiais, pois no ambiente virtual de ensino o aluno surdo tem acesso à diversos conteúdos em LIBRAS e em Português escrito com uma didática de fácil compreensão e atualizada com a as novas tecnologias. A EaD "vem alcançando uma posição de destaque no Brasil, por ser um instrumento de democratização do acesso a informação, principalmente na sua modalidade via Web" (MOURÃO E MIRANDA, 2008, p. 219).

Conforme Martins (2006) assinala "O intérprete da língua de sinais deve ser capaz de perceber as dificuldades do aluno e de descobrir caminhos e métodos para atenuá-las. Deve ser uma ponte entre o aluno, o professor e conhecimento que ajude a superar a diferença linguística na interação comunicativa".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desta pesquisa, questões que norteiam, fundamentalmente, a inclusão dos portadores de deficiência auditiva foram abordadas. Um retrospecto histórico que explica o contexto atual, foi estabelecido. A legislação que ampara a inclusão, também exposta. O cerne da questão, porém, foi trabalhado ao longo da pesquisa. Metodologia utilizada, capacitação profissional, estrutura física adequada e políticas públicas, nortearam os limites da pesquisa.

A necessidade de inclusão dos portadores de deficiência auditiva no ensino de EaD no Nível Superior (Graduação), representa quase um consenso, mas o que tem sido feito para que a mesma ocorra com sucesso e contemplando as peculiaridades da clien-

tela, é a grande dúvida.

Fatores como adequação linguística e relação entre a língua portuguesa e a língua brasileira de sinais, apontam para um futuro palpável e respeitoso para com as diferenças.

Num processo de construção de uma identidade inclusiva, o Brasil tem se esforçado para atender a demanda de vagas e de qualidade no Ensino Superior. Para tanto promove capacitações especiais, mesas de discussão e melhorias estruturais.

Mas e o portador de deficiência auditiva, este, parece desejar desenvolver todas as suas potencialidades, claro. Porém, apresenta também, especial atenção a inclusão social. Não basta estar incluído é preciso viabilizar vãos bem mais altos.

No transcorrer da história é possível perceber também, que inclusão, surdez e educação estão intimamente relacionados. A educação do portador de deficiência auditiva se dá em função não apenas da aquisição de conteúdos definidos academicamente, mas principalmente em função das relações sociais estabelecidas através da integração e consequente inclusão.

Para que a progressão quanto a inclusão fosse percebida, a qualificação profissional precisou receber atenção especial. Inúmeros projetos de capacitação e re-capacitação são implementados, visando um atendimento cada vez melhor da clientela.

O ponto fundamental, porém, que deve ser ressaltado, é a satisfação do incluído, este parece estar buscando através da educação, sua participação social e crescimento acadêmico.

Diante da necessidade de maiores reflexões sobre as práticas educacionais é preciso parar e refletir profundamente, sobre a importância de um profissional mais humano, competente, despido de preconceitos e atento as diferenças culturais e sociais de cada ser que é único e insubstituível, possuidor de uma grande “semente valiosa”, a espera de alguns raios de luz e algumas gotículas de chuva que fortaleçam as suas raízes para que assim rompa a terra e dê frutos.

Desta forma, é o deficiente auditivo que a espera de carinho e acima de tudo respeito por suas diferenças, anseia que as suas raízes sejam fortalecidas possibilitando sua integração social plena.

Esta pesquisa vem contemplar aqueles que de alguma forma anseiam para que este ideal não seja apenas ideal, mas uma realidade presente mais que suficiente e que saia da teoria e se fortaleça com a prática. Levar a Sociedade à conscientização, não só para com os surdos, como para todos os que possuem uma necessidade especial, pois

em pleno século XXI, sabemos que “ser diferente é normal” e estamos lutando cada vez mais pela inclusão social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. Pensar a diferença: deficiência. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Surda. Brasília, 1994.

ARAÚJO, L. A. D. A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Surda, Brasília, gráfica editora, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler, Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva, 7ª ed. – Porto Alegre: Mediação, 2007.

CHOMSKY, N. Diálogos com Mitsou Ronat. Tradução do francês por Álvaro Lorencini e Sandra Margarida Nitrini. São Paulo: Cultrix, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, política e prática em educação especial. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca: s/ed., junho de 1994.

GOÉS, M. C. de. Linguagem, Surdez e Educação. São Paulo: Autores Associados, 1996.

MARTINS.V.R.O. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior. Educação Temática Digital, Campinas, V.7, n.2, p.157-166, jun, 2006.

MITLER, Peter.J. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. MEC/SESu. Grupo de Trabalho EAD no Ensino Superior GTEADES/ Documento de Recomendações. Ações Estratégicas em Educação Superior a Distância em Âmbito Nacional. Brasília, 2005. Disponível em <http://eventos.ead.pucrs.br/SNEADES2005/pdf/GTEADES_RelatorioFinal.pdf> Acesso em 30/04/2011

RINALDI, G. (org.) Educação Especial: a educação dos surdos. Volume 1. Brasília: MEC/

SEESP, 1997.

_____. Educação Especial: a educação dos surdos. Volume 2 Brasília: MEC/SEESP, 1997.

SOUZA, R. M. Que palavra que te fala Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RODRIGUES, DAVID. INCLUSÃO E EDUCAÇÃO: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo. Summus, 2007.

SKLIAR, C.. Apresentação: a localização política da educação bilíngue para surdos. In: (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. p.7-14.

_____. O intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades, In: Letramento e Minorias (Lodi, Harrison, Campos, Teske, Organizadores), Ed. Mediação, 2ª edição, Porto Alegre, p.120-128, 2003.

Outras Fontes:

Portal: <http://www.girafamania.com.br> – acesso 30/04/2011

Site: [www://.planalto.gov.br/civil/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/civil/leis/2002/L10436.htm)

Site: www.ame-sp.org.br/noticias/jornal/novas/tejornal71.shtml – acesso 15/04/11

Portal educa online – Adaptação a entrevista concedida a Folha Dirigida em Jan/2005
Cristina Haguenaer Doutora em Ciências pela COPPE UFRJ – 30/04/11

Revista Ensino Superior – Abril/2011